

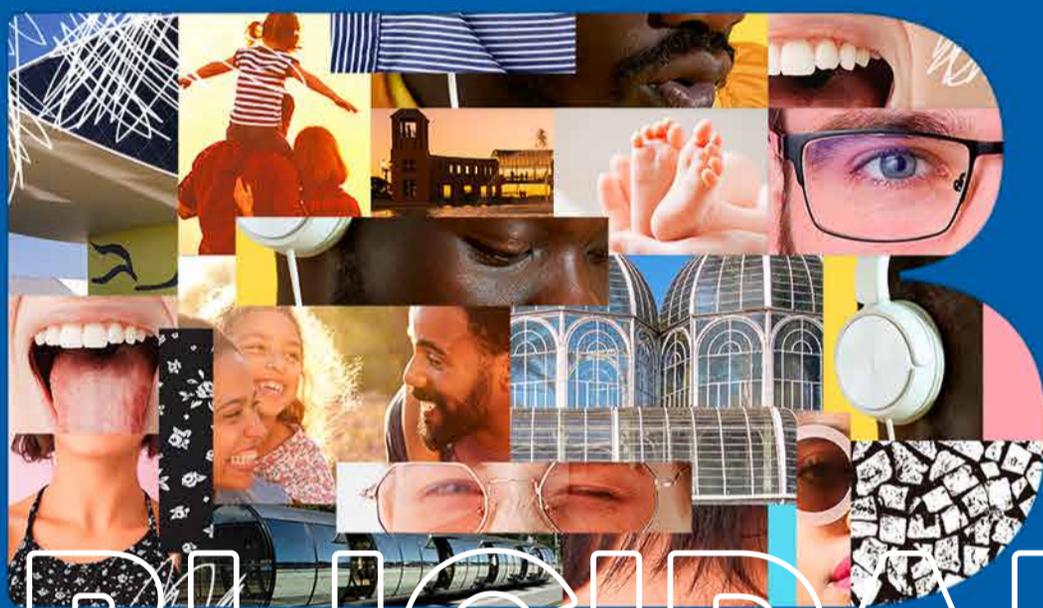
TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEGUNDA-FEIRA
11 DE ABRIL DE 2022



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
CNPJ Nº 05.104.205/0001-30



—☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Em 29 de julho de 2020, mediante assembleia geral extraordinária, houve a aprovação de integralização de capital no valor de R\$ 3.218 mediante conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital e emissão de 3.218 lotes de mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 10 de dezembro de 2020, por meio do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações, foi realizada a alienação de 48,08% do capital social da Companhia que estava em nome da CER - Companhia de Energias Renováveis para novos acionistas. Em função deste movimento, 3.558 ações foram adquiridas e distribuídas pelos novos acionistas os quais, compõem o novo quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2020 conforme apresentado acima. Em 23 de novembro de 2021, por meio de Assembleia geral extraordinária foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, passando de R\$ 7.401 para 87.401, sendo R\$ 69.285 em moeda corrente e R\$ 10.715 por meio da integralização de saldos de AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) aportados em períodos anteriores. **14. Despesas por natureza:**

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	(335)	(647)
Outras receitas e despesas	(14.937)	(13.764)
	(15.272)	(14.411)

A apresentação das despesas por natureza é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Honorários advocatícios	(248)	(124)
Consultoria técnica	-	(285)
Opção de compra e venda de ações sobre investimentos (a)	-	(10.290)
Perda na alienação de investimentos (a)	(13.238)	-
Baixa de investimentos em projetos (b)	-	(3.628)
Indenizações	(505)	-
Outras	(1.281)	(84)
	(15.272)	(14.411)

(a) O instrumento de opção de compra e venda de ações firmado com a Ibeama Participações S.A. sobre o investimento da CESA na Faxinal Sistemas Elétricos S.A. gerou uma despesa operacional no montante de R\$ 10.290 para a Companhia, conforme divulgado na nota 7. No exercício de 2021 a Companhia realizou um novo aporte de R\$ 13.238, o qual foi integralmente registrado como perda, devido ao instrumento de opção de compra e venda citado na nota 7. (b) A Companhia reconciliou os registros nos ativos de investimentos em projetos para a data-base de 31 de dezembro de 2020 e identificou a necessidade de baixa no montante de R\$ 3.628 em função da

revisão dos registros auxiliares e documentação comprobatória. **15. Resultado financeiro:**

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos sobre aplicações	190	5
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(48)	-
Receitas financeiras	142	5
Multas e juros de mora	-	-
Outras despesas financeiras	(21)	(1)
Despesas financeiras	(21)	(1)
Resultado financeiro	121	4

16. Seguros: A Companhia adota uma política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui 4 apólices de seguros cobrindo riscos de engenharia, responsabilidade civil de administradores, responsabilidade civil geral e responsabilidade civil por serviços prestados por empreiteiros e prestadores de serviços. O montante de seguros a apropriar está segregado da seguinte forma:

	2021	Importância Segurada
Riscos de engenharia	1.738	230.308
Responsabilidade administradores	26	30.000
Responsabilidade civil geral	195	20.000
Responsabilidade civil prestadores serviços e empreiteiros	32	30.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras, em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. a) **Considerações sobre riscos e gerenciamento de riscos:** i) *Risco de taxa de juros:* O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas

em contrapartes aprovadas. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação. ii) *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, através de aportes e recursos decorrentes dos acionistas. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	12.768	202
Empréstimos e financiamentos	204.659	-
	217.427	202

b) **Categorias de instrumentos financeiros:** A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	2021		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	2020	
		Total	Total			Total	Total
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e bancos	-	4	4	-	-	-	-
Aplicações financeiras	181.533	-	181.533	94	-	-	94
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	-	12.768	12.768	-	-	202	202
Empréstimos e financiamentos	-	204.659	204.659	-	-	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

Diretoria			Contador	
Bruno Henrique Pimenta da Silva	Carla Silva Gonçalves Marcondes	Alessandro da Silva Oliveira	Felipe de Andrea - CRC: PR 067181	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da **Confluência Energia S.A.** - Curitiba - Paraná. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Confluência Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confluência Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Endividamento com debêntures e cláusulas contratuais restritivas ("Covenants"):** Conforme divulgado, na Nota Explicativa 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o montante de R\$204.659 mil em debêntures sujeitos ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais ("covenants"). O descumprimento de qualquer um desses "covenants" contidos nos contratos de debêntures pode resultar na declaração de vencimento antecipado do contrato, o que obrigaria a Companhia a pagar de imediato todos os respectivos valores em aberto, e,

sendo assim, impactaria de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez. Por este motivo, consideramos o cumprimento destas cláusulas restritivas como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento detalhado dos termos dos "covenants" incluídos nos contratos de debêntures firmados junto às instituições financeiras e/ou agente fiduciário; (ii) análise do cumprimento dos índices financeiros atrelados às cláusulas restritivas constantes no instrumento particular de emissão de debêntures. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as Debêntures, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das debêntures e suas cláusulas restritivas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 30 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6
Ana Andréa Iten de Alcantara
Contadora - CRC-SC025678/O-3 T-PR



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
CNPJ nº 05.104.205/0001-30 - NIRE nº 41300020159 ("Companhia")

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Confluência Energia S/A** a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada na modalidade **Sempresencial**, no dia 20 (vinte) de abril de 2022, às 09 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Gonçalves Dias, nº 531, Bairro Batel, CEP 80.240-340, e por meio eletrônico na plataforma Microsoft Teams, nos moldes permitidos pelo parágrafo único do Art. 121 da Lei 6.404/76 e pela Seção VIII, do Anexo VI - Manual de Registro de Sociedade Anônima, da Instrução Normativa DREI nº 81, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 2021; e (ii) sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2021 e, caso haja, a distribuição de dividendos aos acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) A fixação do montante global da remuneração anual dos Administradores da Companhia. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como estarão disponíveis por meio eletrônico, através do link: <https://pchoconfluencia.com.br>. O Acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76. A participação e o exercício de voto dos acionistas que estiverem participando pelo meio eletrônico serão realizados pela plataforma digital Microsoft Teams. Como forma de preservar a segurança das informações na realização da Assembleia, todas as orientações de acesso, tais como: links, logins e senhas, serão disponibilizados, de forma segura aos acionistas, através de e-mail em até 02 (dois) dias antes da realização da respectiva Assembleia. É de responsabilidade do Acionista providenciar computador ou aplicativo com acesso à rede mundial de computadores, com câmera para sua identificação e microfone para que possa se comunicar com os demais presentes, caso sua participação ocorra de forma eletrônica. A Companhia não será responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos acionistas, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. Eventuais dúvidas podem ser dirimidas por meio do e-mail juridico@cer-energia.com.br ou pelo telefone (3091-1500). Curitiba, 11 de abril de 2022. **Bruno Henrique Pimenta da Silva** e **Carla Gonçalves Marcondes**, Diretores da Companhia.

Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

TBR220411 pdf

Código do documento cba462ce-1fa0-496d-a3bd-17f42eb493eb



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

10 Apr 2022, 23:30:41

Documento cba462ce-1fa0-496d-a3bd-17f42eb493eb **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-10T23:30:41-03:00

10 Apr 2022, 23:31:17

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-10T23:31:17-03:00

10 Apr 2022, 23:31:40

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.157.162 (bfb19da2.virtua.com.br porta: 2708). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2022-04-10T23:31:40-03:00

Hash do documento original

(SHA256):11ea5ad348f18ada344e1f4382f8497533eb93851c88d4666f02cc46f2407bbb

(SHA512):3640501313879bac5a157a528b831fd8ef7a262eedadd81132e7685760574fba4671a2a4d27f7fce8f773d6240c3b76d8f9ce8cc914143b6748de4168a40da6e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign